

# SOBERANIA ALIMENTAR E PLANEJAMENTO URBANO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UM AGENCIAMENTO URGENTE (SESSÃO TEMÁTICA)

**Isabella Khauam Maricatto**  
UFRGS | isa.maricatto@gmail.com

**Ana Elísia da Costa**  
UFRGS | ana\_elisia\_costa@hotmail.com

**Daniele Caron**  
UFRGS | daniele.caron@ufrgs.br

---

## Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

---

**Resumo:** O artigo tem como objetivo apresentar e discutir a revisão sistemática de literatura sobre “soberania alimentar” no âmbito do Planejamento Urbano e Regional a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Questiona-se: como a agenda da soberania alimentar impacta modos de ver e fazer o território urbano e rural? Em que medida o campo do planejamento urbano tem dialogado com movimentos sociais que defendem os princípios da soberania alimentar? A partir da revisão da literatura, são discutidas quatro dimensões que permeiam a relação entre a temática e o campo do planejamento: políticas públicas, disputas territoriais, sistemas alimentares e dimensões éticas, políticas e culturais. Ao final, observa-se que o impacto da soberania alimentar ainda demonstra incipiência no campo revisado, pistas epistemológicas-políticas-pedagógicas são encontradas e perspectivas são atualizadas por meio das cozinhas solidárias.

**Palavras-chave:** Soberania Alimentar; Planejamento Urbano e Regional; Cozinha Solidária.

## FOOD SOVEREIGNTY AND URBAN PLANNING: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR URGENT AGENCY

**Abstract:** *The article aims to present and discuss the systematic review of the literature on 'food sovereignty' in the context of Urban and Regional Planning from the CAPES Catalog of Theses and Dissertations. The question is: how does the food sovereignty agenda impact ways of seeing and doing urban and rural territory? To what extent has the field of urban planning dialogued with social movements that defend the principles of food sovereignty? From the literature review, four dimensions that permeate the relationship between the theme and the field of planning are discussed: public policies, territorial disputes, food systems, and ethical, political, and cultural dimensions. In the end, it is observed that the impact of food sovereignty still demonstrates incipience in the field reviewed, epistemological-political-pedagogical clues are found and perspectives are updated through solidarity kitchens.*

**Keywords:** *Food Sovereignty; Urban and Regional Planning; Solidarity Kitchen.*

---

## SOBERANÍA ALIMENTARIA Y PLANIFICACIÓN URBANA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA ACCIÓN URGENTE

**Resumen:** *El artículo tiene como objetivo presentar y discutir la revisión sistemática de la literatura sobre 'soberanía alimentaria' en el contexto de la Planificación Urbana y Regional del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. La pregunta es: ¿cómo impacta la agenda de soberanía alimentaria en las formas de ver y hacer el territorio urbano y rural? ¿En qué medida el ámbito del urbanismo ha dialogado con los movimientos sociales que defienden los principios de la soberanía alimentaria? A partir de la revisión de la literatura, se discuten cuatro dimensiones que permean la relación entre el tema y el campo de la planificación: las políticas públicas, las disputas territoriales, los sistemas alimentarios y las dimensiones ética, política y cultural. Al final, se observa que el impacto de la soberanía alimentaria aún muestra incipencia en el campo revisado, se encuentran pistas epistemológico-político-pedagógicas y se actualizan perspectivas a través de cocinas solidarias.*

**Palabras clave:** *Soberanía Alimentaria; Planificación Urbana y Regional; Cocina Solidaria.*

## INTRODUÇÃO

O problema da fome coletiva no “país da abundância” foi denunciado por Josué de Castro, médico, geógrafo, sociólogo e político brasileiro atuante no combate à fome, ainda no século passado. Em suas obras exponenciais — *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951) —, o autor revela que o fenômeno era decorrente não só de processos ambientais, mas também, e principalmente, dos sistemas sócio-econômicos impostos ao país decorrentes de dinâmicas imperialistas e coloniais, como a monocultura e o latifúndio.

Hoje, sua crítica ainda permanece válida no país e está em consonância com discussões internacionais sobre o tema. (Preiss, 2023). Há um consenso de que os sistemas alimentares hegemônicos são a raiz de problemas ambientais experienciados em escala planetária, tais como degradação ambiental, redução da biodiversidade, aquecimento global, eventos climáticos extremos, crises sanitárias, etc. Ao mesmo tempo, esses problemas agravam desigualdades sociais, levando à precarização das condições de vida e, conseqüentemente, à fome (Ingram, 2011; Ipes-Food, 2016; Swinburn et al., 2019 *apud* Preiss, 2023).

Pela ainda forte vigência de um sistema exploratório capitalista e colonial no país, condições precárias de vida e trabalho somadas a problemas ambientais continuam disseminando enormes carências nutricionais. A crise sanitária-econômica da Covid-19 em 2020 é uma demonstração desta questão, uma vez que o agravamento exponencial da fome em comunidades vulneráveis levou o Brasil a voltar ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no triênio 2019-2021 e a sua persistência nele entre 2020-2022 (BRASIL, 2024b).

Ainda na pandemia e pós-pandemia, contudo, chama atenção a multiplicidade de iniciativas de movimentos da sociedade civil em reação ao cenário duradouro de Castro, entre elas as cozinhas solidárias (Siqueira; Almeida, 2022). Diante a ausência do Estado no combate às desigualdades sociais e ambientais agravados pela pandemia, as cozinhas emergiram como insurgências, distribuindo refeições gratuitas aos que não tinham acesso à alimentação, não podiam garantir renda e/ou não podiam “ficar em casa”. Sua atuação se deu especialmente nas periferias urbanas, em territorialidades empobrecidas, marginalizadas por desigualdades de renda, raça e gênero, e onde, historicamente, se observa a ausência de serviços, infraestrutura e equipamentos que visam o bem-estar da população. Nesse sentido, as cozinhas podem ser tomadas como uma “tecnologia social” (Brasil, 2023a) de urgência mobilizada, sobretudo, pelos movimentos sociais, uma reação ao empobrecimento generalizado da população e um veículo de organização popular para reivindicação de demandas sociais e defesa de seus direitos.

Nesse contexto, destaca-se o protagonismo das Cozinhas Solidárias do MTST (Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Teto), que hoje já conta com quarenta e nove cozinhas em treze Estados e no Distrito Federal. Soma-se a essas, cozinhas criadas por iniciativa de outros movimentos sociais ligados ao direito à terra (MPA e MST) e ao direito à moradia digna e à cidade. O fenômeno das cozinhas solidárias, portanto, passa a configurar

uma agenda comum de movimentos sociais ligados às lutas pela reforma urbana e reforma agrária.

Fugindo do simples assistencialismo — por vezes encontrado em ações de distribuição de cestas básicas ou em certas modalidades de cozinhas comunitárias —, as cozinhas solidárias ligadas a esses movimentos sociais assumem dimensões políticas. Querem garantir a “segurança alimentar” — o direito de todos(as) à alimentação —, mas também a “soberania alimentar” — o direito dos povos de definirem seus próprios modos de produzir-distribuir-consumir alimentos, incluindo o direito de reclamar por comidas de “verdade”, livre de contaminantes e de destruição ambiental. Sua luta, portanto, não opera somente contra a “fome”, mas também contra as “causas da fome” que, como já discutia Castro (1946; 1951), se relacionam com os modos de produção capitalista e colonialista, quer no campo, quer nas cidades.

No âmbito interno das cozinhas, isso explica a não redução das suas atividades à “oferta de marmitas”. Desde o incentivo à atuação solidária das próprias comunidades, fomenta-se também educação, saúde, oportunidades de trabalho e geração de renda (Caron et al, 2024). Para além delas, a luta se faz também na defesa de políticas públicas federais voltadas à soberania e segurança alimentar, o que se evidenciou na atuação ativa destes movimentos na recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA - Lei 14.628 de 2023) e na regulamentação do Programa Nacional Cozinha Solidária (PNCS - Decreto nº 11.937 de 2024).

Está subjacente a essas políticas o entendimento da alimentação como elo organizativo do campo e da cidade (De Sordi, 2023), transcendendo as tradicionais discussões sobre os limites entre rural-urbano. Para além da “pauta-raíz” de disputa pela terra (reforma agrária e reforma urbana), esses movimentos enlaçam aí, de modo sistêmico e complexo, a abordagem de temas predominantemente rurais (como preservação ambiental alinhada à agroecologia) e urbanos (como saúde pública e infraestruturas), bem como temas transversais (como de gênero e de mudanças climáticas).

Por tensionar esses limites físicos e temáticos, o fenômeno das cozinhas solidárias impõe atenção ao planejamento urbano e regional, uma vez que convoca o alinhamento de políticas públicas voltadas à soberania alimentar às agendas de reforma urbana e agrária, buscando garantir direitos humanos na perspectiva da justiça social e ambiental. Ensaia transformações sócio-espaciais, territorialidades rururbanas (e em devir) de viés popular e de caráter transformador, cuja abordagem coloca em questão a própria colonialidade do saber-fazer urbano tradicional ainda vigente em grande parte das cidades brasileiras.

A cozinha solidária, portanto, aciona a temática da soberania alimentar nos estudos urbanos uma vez que opera como um espaço de convergência social e comunitária (Caron, Rodrigues, Isoppo, 2024) que articula a luta pela terra no campo e na cidade em diversas dimensões. Na perspectiva de uma urbanização extensiva (Monte-Mór, 2006), a cozinha faz ver uma problemática que rasura os limites conceituais entre o rural e o urbano, e amplifica a

necessidade de abordagem interconectada destes âmbitos no planejamento urbano e regional. Desde aí, se questiona: como a agenda da soberania alimentar, ao questionar lógicas capitalistas de produção-distribuição-consumo, impacta modos de ver e fazer o território urbano e rural? Em que medida o campo do planejamento urbano tem dialogado com movimentos sociais vinculados à soberania alimentar?

Sendo a soberania alimentar um conceito advindo das lutas insurgentes rurais, mais precisamente da Via Campesina (2024) em 1996 durante a Cúpula Mundial da Alimentação da FAO, esse trabalho sustenta a hipótese de que as cozinhas solidárias constituídas por alianças entre movimentos sociais do campo e da cidade buscam territorializar o ideário social, econômico e ambiental da soberania alimentar em contextos urbanos, o que, naturalmente, não se faz sem contradições, considerando a imposição da natureza dos seus problemas e seus modos-operandi .

Com base nessa hipótese, pressupõe-se que seja necessária uma reavaliação de modelos e gestões de planejamento territorial, a fim de torná-los compatíveis com os princípios da Soberania Alimentar. Essa hipótese e pressuposto estão sendo investigados como parte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Buscando aferir seu ineditismo, bem como subsidiar seu desenvolvimento, foi empreendida uma revisão sistemática de literatura no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES a partir da palavra-chave “soberania alimentar”.

Apresentar e discutir essa revisão sistemática de literatura é objetivo do artigo. Essa revisão de literatura se justifica, para além do aporte direto à referida pesquisa, por auxiliar na construção de um estado da arte sobre a soberania alimentar e temas correlatos na área do planejamento urbano e regional e afins, evidenciando acúmulos e lacunas de saberes e apontando para temas que efetivamente tenham relevância para fazer “avançar” o conhecimento (Netto et. Al, 2020). Para tanto, o texto percorre inicialmente uma discussão que envolve a pauta da soberania alimentar em relação à lógica da urbanização extensiva e da financeirização urbana, para então debruçar-se sobre um conjunto de trabalhos que aportam conhecimentos relevantes para o aprimoramento de hipóteses e pressupostos da pesquisa.

Os resultados apontam que a maioria das pesquisas sobre “soberania alimentar” estão ligadas aos programas de pós-graduação cujos temas são “Desenvolvimento”, “Políticas Públicas” e “Sociedade, Ambiente e Território”. Além disso, exploram a perspectiva da soberania alimentar majoritariamente em contexto rural ou de pequenas comunidades, distantes das reivindicações dos movimentos sociais originalmente urbanos. Nos contextos em que é apresentada, a pauta da soberania alimentar revela especialmente, quatro dimensões em debate, sendo elas: políticas públicas; disputas pelo território; lógicas de sistemas alimentares; e dimensões político-culturais. Cada dimensão traz um aporte para a discussão do planejamento urbano e regional e aciona elementos que merecem maior

destaque ao constituir relações territoriais vinculados à direitos de existência de povos distintos.

No que diz respeito ao planejamento urbano, existe necessária revisão e operacionalização da noção de território, abrangendo complexidades que conectam o urbano e o rural sem a destituição ou subordinação de um em relação ao outro. Entende-se que o impacto da soberania alimentar nos modos de ver-fazer o campo e a cidade ainda é incipiente nos trabalhos de planejamento urbano e regional da CAPES. Ainda assim, movimentos sociais campestinos e urbanos, quilombolas e indígenas, firmam alianças por meio de epistemologias-políticas-pedagógicas e atualizam os caminhos da soberania alimentar nas discussões acerca das territorialidades das cozinhas solidárias nas cidades.

## **ALIMENTO E CIDADE COMO MERCADORIA**

A construção de conhecimento sobre as relações urbano-rurais diante da ampliação da desigualdade espacial e da exploração dos territórios no campo e na cidade pode ser ativada pela noção de Soberania Alimentar. O conceito foi cunhado em 1996 pelo Movimento internacional Via Campesina, que envolve pequenos agricultores, jovens e mulheres rurais, indígenas, imigrantes e trabalhadores agrícolas do mundo inteiro. O movimento reivindica justiça social, defende a agricultura campestina pela soberania alimentar e se contrapõe ao agronegócio como lógica territorial baseada na destruição da natureza e das relações sociais (Via Campesina, 2024).

Nesse sentido, originalmente a proposta de Soberania Alimentar vem de encontro a de Segurança Alimentar, fundada pela FAO e baseada em preceitos da Revolução Verde e, por isso, orientada pela moral econômica neoliberal. A pauta do Movimento Via Campesina pressupõe uma nova sociabilidade, oposta às ordens capitalistas de produção e consumo, contestando as políticas globais e neoliberais de financeirização da produção agrícola, o domínio exclusivo de multinacionais de todo o sistema alimentar (terra, sementes, agrotóxicos, agro-industrialização, etc), e a adequação dos setores produtivos para a produção de *commodities* minerais e agrícolas. (Machado, Oliveira, Mendes, 2016). Baseado na lógica econômica de produção em larga escala que opera por *commodities*, o alimento é transformado em mercadoria e, ao ter o seu acesso restrito apenas a quem tem terra ou poder de compra, perpetua-se um contexto de fome marcado pela desigualdade social estrutural (Castro, 1946; 1951).

Junto a essa lógica de produção extrativista, contra a qual lutam Via Campesina, Movimento de Trabalhadores sem Terra e outros movimentos pelo direito à terra, é importante observar o quanto se diluem cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural, “tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação” (Monte-Mór, 2006, p. 10). O autor afirma que é com a cidade industrial que se modificam radicalmente as relações entre cidade e campo, uma vez que a lógica da produção rural passa a ter que responder ao controle e escala demandados pela cidade. Cria-se uma subordinação do campo

em relação à cidade (Lefebvre, 1999), que vai desde a dependência de ferramentas e insumos até a mudança nos hábitos de consumo que se relacionam também à alimentação (Monte-Mór, 2006, p. 13).

A partir das aportações de Lefebvre (1999) sobre a “sociedade urbana” como uma síntese dialética da dicotomia cidade-campo e, mais tarde, sobre a “sociedade burocrática de consumo dirigido” (Lefebvre, 1991), Monte-Mór afirma o “urbano, como uma forma sócio-espacial que dilui as fronteiras entre cidade e campo”. Aí subjaz a sua conceituação de urbanização extensiva, como a “materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sociopolíticas e culturais intrínsecas à pólis e à civitas” (2006, p. 15). Segundo o autor, sobretudo a partir da década de 1980, neste espraiamento da lógica urbana sobre o rural, o campo é investido também de reações de contestação política próprias da cidade, mobilizando processos de luta pelos meios coletivos de produção e pela cidadania.

Entretanto, a cidade-industrial não apenas submete sua lógica ao campo, mas também à própria cidade em si, operando o que Lefebvre aponta como substituição do valor de uso – cidade como obra coletiva –, pelo valor de troca – cidade pautada pelas necessidades da indústria em um regime capitalista. Neste regime, não só o alimento, mas também as cidades, se transformam em mercadorias. Similar ao modelo das *commodities*, no qual o alimento se transforma em ativo financeiro, as cidades, especialmente aquelas dominadas pelas lógicas neoliberais, têm os seus instrumentos de planejamento urbano cooptados em função da financeirização do solo urbano.

No processo de financeirização urbano, há o descolamento do valor de um terreno ou imóvel da sua atividade produtiva, passando a se sobressair, em vez disso, a expectativa de renda futura aportada. Essa dinâmica admite que o valor do imóvel esteja mais vinculado ao seu potencial de valorização como ativo financeiro do que propriamente pelo seu uso (Gomes, 2023). A produção urbana oriunda desses processos, perpetua e intensifica desigualdades sócio-espaciais ao trazer impeditivos às sociabilidades urbanas os quais se expressam em alugueis impagáveis, espraiamento urbano, periferização da população e menor acesso à infraestrutura urbana.

A lógica da produtividade e competitividade se estende à financeirização da habitação e do comércio varejista, intensificando problemas de desigualdade, segregação e fragmentação nas cidades (Vainer, 2000; Monte-Mór, 2023). A fome, originalmente gerada pela pobreza, é facilitada pelo monopólio das indústrias varejistas alimentícias. No Brasil, esse setor alimentício é comandado por grupos internacionais aliados ao circuito financeiro global e, por esse motivo, a redução dos preços ao consumidor final é questionada. Pesquisadores defendem que o poder dos grandes varejistas sobre os trabalhadores, os fornecedores e a sociedade civil, ocasionam a intensificação da insegurança alimentar no país. (Peres, Matioli, 2020; FAO et al., 2023 *apud* Monte-Mór, 2023).

Segundo De Mattos (2016), além dos terrenos urbanos e seus imóveis existentes que sofrem com a especulação imobiliária, as terras rurais também entraram nesse circuito. A lógica do urbano sobre o rural deflagra, além do espraiamento, a intensificação da especulação imobiliária nos perímetros urbanos nos quais se concentra a agricultura periurbana das metrópoles (Heberle; Turatti; Barden; 2018).

Nesse sentido, a possibilidade de produção agroalimentar vinculada a sustentação de circuitos curtos de alimentação é ameaçada. Essas lógicas impactam modos de vida e territórios ao impulsionar territorialidades subalternas (Ross, 2015; 2016) e a consequente dependência das cidades à produção do campo baseada no agronegócio, que nos oferece alimentos transgênicos e contaminados, causadores de problemas de saúde e geradores de prejuízos ambientais incessantes. É relevante pontuar que a maioria dos alimentos produzidos em larga escala são comercializados e distribuídos em locais distantes da sua origem, e que essa logística implica em desperdícios e impõe ciclos longos de comercialização.

Tanto as corporações que dominam o solo urbano (Gomes, 2023) e o comércio varejista alimentar nas cidades (Monte-Mór, 2023), quanto aquelas territorializadas majoritariamente em áreas rurais (ETC Group, 2022), criaram sólido repertório baseado em operações financeiras nacionais e internacionais. Desse modo, questiona-se: como subverter a lógica do capital tanto em relação à cidade-mercadoria quanto ao alimento-mercadoria?

Denise De Sordi (2024) ao defender a pauta da Soberania Alimentar, argumenta que combater efetivamente a fome implica em considerar o processo do campo à cidade, "percorrer um caminho de ponta a ponta: que começa com os camponeses, na produção, passa pela disponibilidade, acesso e comércio dos alimentos e chega às famílias de trabalhadores nas cidades."

A autora enfatiza que o esforço conjunto do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) junto às Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), constitui uma ação prática e coletiva de distribuição alimentos em que é priorizado o acesso à "comida de verdade" para uma parcela expressiva da população brasileira. Contudo, tal proposta não se dissocia dos "circuitos de produção, de acesso e socioculturais que se apresentam por meio do processo de acesso e de escolha dos alimentos" (De Sordi, 2024).

A agricultura familiar urbana, periurbana e camponesa, oferece alternativas de produção, distribuição e acesso por circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos a partir do comércio justo e solidário. Diante desse cenário, é relevante refletir sobre os processos que constituem a Soberania Alimentar e extrapolam os limites do campo se efetivando como possibilidades para novas territorialidades nas cidades; visto que a bolha da especulação imobiliária no contexto de urbanização extensiva, pode operar a desterritorialização de atores e movimentos que integram dinâmicas alternativas.

Para tanto, o planejamento e gestão urbanos vinculados a Soberania Alimentar em consonância com as práticas e a participação da sociedade civil, podem designar caminhos possíveis para se alcançar a Soberania Popular. Esta última consiste no combate das práticas de dominação exercidas pelo Estado e se baseia em um sistema no qual “os cidadãos têm o poder de controlar os governantes” (Dardot, 2022). Esse entrelaçamento de conexões estabelecidas entre a Soberania Alimentar e a Soberania Popular é reforçada pela busca das cozinhas solidárias em “governar o próprio Estado do qual solicitam garantias” (Martins, 2024).

É por esse motivo que, a proposta das Cozinhas Solidárias, ao acionar territorialidades distintas que vão do campo à cidade e vice-versa, convoca a efetivação da autonomia da Soberania Alimentar e da própria Soberania Popular. As redes de solidariedade instauradas entre trabalhadores e movimentos do “campo” e da “cidade” que lutam em prol da vida e não do lucro por terra e moradia digna, configuram territórios e territorialidades que demandam um agenciamento urgente no âmbito do Planejamento Urbano e Regional.

## SOBERANIA ALIMENTAR NO PLANEJAMENTO URBANO

Como discutido, para analisar a repercussão do conceito “soberania alimentar” no Planejamento Urbano e Regional, realizou-se um mapeamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, usando esse conceito como palavra-chave de consulta<sup>1</sup>. A pesquisa resultou em 252 trabalhos de dissertação, produzidos entre 2018 e 2024. A partir desses, a busca foi refinada com o filtro relativo à área de conhecimento do Planejamento Urbano e Regional, resultando em doze dissertações sistematizadas no Quadro 1:

**Quadro 1: Dissertações Soberania Alimentar - Planejamento Urbano e Regional (CAPES, 2024)**

	Ano	Instituição	Nome do Programa	Nome do Trabalho
1	2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - PALMAS (UFT)	Demandas Populares e Dinâmicas Regionais	Análise da Segurança Alimentar e Fatores Associados na Comunidade Remanescente Quilombola e Cocalinho - TO
2	2022	UNIV. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Ijuí (UNIJUÍ)	Desenvolvimento Regional	A Política Agrícola, a Segurança Alimentar no Benin/África e as contribuições das políticas implementadas na Agricultura do Rio Grande do Sul (Brasil): 1990-2020
3	2023	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA, Nova Iguaçu	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	Agricultura Familiar em uma perspectiva tridimensional: um estudo na Baixada Fluminense
4	2019	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Campos dos Goytacazes (UFF)	Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas	Comunidade que sustenta a agricultura: uma análise da construção de alternativas para a descentralização do

				modelo agroalimentar a partir da experiência do CSA organicamente (RJ)
5	2022	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis (UDESC)	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental	Tecendo Relações entre Território, Soberania Alimentar e Etnobotânica em Terras Indígenas Mbya Guarani no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, SC
6	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA, Foz do Iguaçu (UNILA)	Políticas Públicas e Desenvolvimento	Universidad y Escuela Campesina: Educación Popular y Pedagogía Descolonial en el MOCASE Vía Campesina, Argentina
7	2023			Análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA como Política Pública que atende as mulheres rurais no município de Foz do Iguaçu
8	2020	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Montes Claros (UFMG)	Sociedade, Ambiente e Território	Produção, consumo e circulação de alimentos durante a seca: um estudo sobre famílias lavradoras em Medina, Vale do Jequitinhonha
9	2019			Metamorfose da Chapada: monocultura de eucalipto e monopólio da água em tomadas de terras no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais
10	2018			À margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha
11	2017			Um programa, contextos distintos – um estudo sobre PNAE no território do Alto Jequitinhonha
12	2021	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei (UFSJ)	Desenvolvimento, Planejamento e Território	Relações de Gênero, Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento: uma análise dos espaços públicos alimentares em São João Del-Rei a partir da história municipal

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os estudos consolidam um recorte do estado de arte que se volta majoritariamente a contextos rurais e especialmente dedicados à agricultura familiar. Entretanto, trazem pistas para se depreender reflexões interdisciplinares sobre o tema. Visto que permitem identificar agentes, práticas, escalas, modelos de gestão, entre outros aspectos vinculadas às lógicas do campo, mas que podem reverberar também em contextos urbanos marcados pela presença das cozinhas solidárias como espaços de convergência das lutas sociais do campo e da cidade.

A princípio, a análise em cada trabalho buscou relacionar seus objetivos, metodologia e resultados, considerando-os importantes aportes para a construção da pesquisa de doutorado. A relação entre os trabalhos, por sua vez, permitiu agrupá-los em temáticas comuns: **políticas públicas, disputas territoriais, sistemas alimentares** e suas **dimensões**

**político-culturais.** As temáticas transversais como aspectos de gênero, étnico-raciais e de classe se estenderam muitas vezes para mais de uma temática, não se restringindo às dimensões culturais. Durante o processo de análise, a amplitude das discussões possibilitou a experimentação de diferentes arranjos a partir dos estudos revisados. Considerou-se essa abordagem pertinente para estabelecer relações possíveis entre a Soberania Alimentar em territórios urbanos.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

Três trabalhos se dedicam a analisar o impacto de políticas públicas voltadas à segurança e soberania alimentar, em diferentes contextos. Entre as políticas, destacam-se especialmente o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2009) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, 2023). Ambos estabelecem que no mínimo 30% das compras de alimentos, seja para instituições ou para as cozinhas solidárias, serão destinados a produtos advindos da Agricultura Familiar, fortalecendo assim comunidades e produtos locais, especialmente assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres. Além desses programas, também são mencionadas políticas e iniciativas já encerradas, mas que atuaram diretamente no território, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e o Territórios da Cidadania. O impacto dessas políticas reforça o direito à terra dessas comunidades, favorecendo suas condições de produção e sustento, e enlaçam com a distribuição e o consumo de alimentos saudáveis, assim como requer a soberania alimentar.

A dissertação *Um programa, contextos distintos – um estudo sobre PNAE no território do Alto Jequitinhonha* (Santos, 2017) foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Ambiente e Território da UFMG de Montes Claros. Seu objetivo foi compreender as consequências do PNAE para a agricultura familiar de base camponesa em dois municípios da região, observando a pauta alimentar e produtiva e a pressão de uso dos recursos da natureza. Como resultado, a pesquisa aponta que ele trouxe benefícios, em grande parte decorrentes de sua flexibilização às **diversidades locais**. Destaca nesse contexto a diversificação e melhoria na produção, o aumento dos canais de vendas e de renda dos agricultores participantes, a promoção da segurança e soberania alimentar, além do **estreitamento dos laços comunitários e o fortalecimento de organizações informais**.

No que tange aos aspectos territoriais que podem se estender ou impactar o planejamento, a flexibilização do PNAE à dinâmica local proporcionou, segundo a autora, uma “colonização às avessas”. O **diálogo e a boa vontade das municipalidades** para acatar demandas locais fomentaram o “desenvolvimento territorial”. Além do PNAE, o trabalho destaca programas que contribuíram para a transformação territorial, como o “Territórios da Cidadania” (2008) e o “Núcleo de Extensão Territorial do Alto do Jequitinhonha” (NEDET, 2014), sendo, contudo, ambos encerrados em 2016. O primeiro buscou superar a pobreza, gerando trabalho e renda no meio rural e promovendo o desenvolvimento sustentável, por meio de **ações integradas dos governos federal, estadual e municipal e da participação da sociedade civil**,

**constituintes do Conselho Territorial** (Territórios da Cidadania, 2008). O segundo, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscou apoiar ações técnicas de extensão e assessoramento técnico para as comunidades.

Ainda nesse contexto, está a dissertação *A Política Agrícola: A Segurança e a Soberania Alimentar no Benin/África e as contribuições das políticas implementadas na agricultura no Rio Grande do Sul (Brasil): 1990-2020* (Metogbe, 2022), realizada no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional da Unijuí. O trabalho analisa políticas agrícolas implementadas em ambos países, a fim de verificar a possibilidade de adaptação de políticas brasileiras no **contexto cultural** do Benin. Como resultado, contrapõe problemas do modelo agroexportador beninense e as vantagens do modelo brasileiro para o acesso à soberania e segurança alimentar. No que tange à adaptação dos sistemas produtivos, explora possibilidades do envolvimento **de sindicatos agrícolas** e da implementação de programas de apoio à agricultura familiar e à agroindústria, de fortalecimento técnico, de investimentos em tecnologia e de apoio à comercialização de produtos.

No que se refere às políticas de desenvolvimento rural territorial, são citados dois programas icônicos: o Territórios Cidadania, já discutido no trabalho anterior, e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Esse último, criado em 2003 e vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi uma **política participativa e transversal** que buscou incentivar a construção coletiva de infraestruturas na esfera intermunicipal e territorial, envolvendo uma **“governança territorial”** dedicada à identificar áreas de projetos, elaborar planos de desenvolvimento territorial e financiar projetos. O segundo é aqui considerado como um **“mecanismo de gestão descentralizada”** que buscou fortalecer o desenvolvimento sustentável rural a partir da coordenação de políticas públicas voltadas à educação, saúde, infraestrutura, indústria, desenvolvimento agrário, entre outros.

O trabalho *Análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA como Política Pública que atende as mulheres rurais no município de Foz do Iguaçu* (Nascimento, 2023), desenvolvido junto ao Programa Políticas Públicas e Desenvolvimento, busca investigar a implementação do PAA como política pública e a adesão das mulheres rurais no Município de Foz do Iguaçu. O resultado da pesquisa evidencia a **participação ativa das mulheres** na implementação desse programa, envolvendo a “garantia de direitos, acesso à documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção agroecológica, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, à **participação na gestão, ao desenvolvimento territorial** e à **manutenção da memória coletiva e dos conhecimentos tradicionais”**. (MAPA, 2021 *apud* Nascimento, 2023). Essa participação se deu a partir de encontros, reuniões e articulações com movimentos latinoamericanos da Via Campesina, levando ao empoderamento das mulheres nos processos de decisão e de defesa de direitos de igualdade e gênero. O trabalho, distinto dos anteriores, não menciona políticas de gestão territorial.

Em comum aos três trabalhos destaca-se possíveis interfaces entre políticas públicas voltadas à soberania alimentar e o planejamento territorial: a) a consonância entre as redes urbanas e rurais que enlaçam governanças e gestões territoriais em **escalas municipais, intermunicipais, estaduais, federais e até internacionais** (Metogbe, 2022); b) o respeito a **diversidades** (Santos, 2017), **culturas locais** (Metogbe, 2022) e **conhecimentos tradicionais** (Nascimento, 2023); c) o estímulo a práticas **participativas e descentralizadas** (Metogbe, 2022; Nascimento, 2023), mobilizando, de modo informal ou formal, setores públicos e movimentos sociais (comunidades, sindicatos, etc) para a defesas de direitos (camponeses e de gênero). Os enunciados epistemológico-ideológicos dessas políticas territoriais rurais podem convergir com os de políticas urbanas ao serem compatíveis com os avançados planos e leis presentes na política urbana brasileira, que pouco são alcançados na prática. Para que isso se efetive, é necessário que a organização e atuação popular de movimentos sociais do campo e da cidade estejam pautadas pelos princípios da Reforma Urbana e Reforma Agrária, a fim de assegurar a terra como um bem “comum” com vistas à garantia da soberania alimentar.

## DISPUTAS TERRITORIAIS

Dois trabalhos desenvolvidos junto ao Programa Sociedade, Ambiente e Território, da UFMG de Montes Claros, buscam mensurar impactos de grandes explorações de recursos naturais junto a comunidades camponesas e pequenas cidades do Alto Jequitinhonha. Nesses casos, há históricos de **políticas de incentivo à industrialização** ou ao modelo de desenvolvimento baseado em grandes obras e, posteriormente, **políticas sociais reparatórias que nem sempre se efetivam**. A ligação entre o capitalismo predatório e a destruição da natureza dos trabalhos expõem conflitos territoriais que submetem hábitos, culturas e modos de vida locais a uma lógica global, que opera para a produção e abastecimento do mercado, gerando escassez de recursos naturais básicos para a sobrevivência humana, como o solo (tanto para a moradia como para o plantio) e a água.

A dissertação *À margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha* (Costa, 2018) analisa as consequências socioeconômicas e culturais da instalação da hidrelétrica de Irapé que, ao atingir sete municípios, levou ao remanejamento de cerca de cinco mil pessoas e afetou outros milhares de habitantes. O trabalho diagnostica a alteração das relações da população com os recursos naturais, frustrações com relação a possibilidades de desenvolvimento e o colapso de vida de grupos camponeses e ribeirinhos. Por outro lado, denuncia que as indenizações não repararam prejuízos materiais e imateriais causados pelo empreendimento. No campo do planejamento, o trabalho problematiza o termo “desenvolvimento” quando esse diz só sobre o suporte físico e os interesses de privatização de grandes projetos, em detrimento dos valores e interesses do tecido social. Em oposição, defende um modelo de planejamento descentralizado, com maior participação da sociedade civil e o fortalecimento de vínculos com o território. (Ortega, 2008; Abramovay, 2000; Furtado, 1994 *apud* Costa, 2018).

A dissertação *Metamorfose da Chapada: monocultura de eucalipto e monopólio da água em tomadas de terras no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais* (Silva, 2019) investiga as ações da empresa Aperam BioEnergia, ligada à siderurgia, que exerce o monopólio territorial na região, por meio do cultivo de eucalipto destinado à produção de carvão vegetal. Esse monopólio levou à diminuição das fontes de águas e a desigualdades no seu acesso, repercutindo no estrangulamento da produção agrícola familiar e em um enorme custo social, ambiental e econômico para famílias e comunidades rurais envolvidas, como perda de território, de acesso à natureza de uso comum, diminuição da biodiversidade e restrições à soberania alimentar. Nesse contexto, o trabalho denuncia que a gestão privatizada dos recursos naturais socializou os custos e privatizou os ganhos. Questionando a concentração e privatização histórica da terra em detrimento de seu uso comum, o trabalho defende a reforma agrária e a função social da propriedade fundiária. Por outro lado, questiona políticas de “desenvolvimento” rural baseadas na Revolução Verde e no pacote “trato, veneno e adubo” que - ao fortalecer oligarquias rurais ligadas ao latifúndio e ao capital comercial e enfraquecer produtores de base camponesa e sindicatos de trabalhadores rurais - reforça desigualdades sociais e leva a profundos processos degenerativos na natureza (Balsan, 2006 *apud* Silva, 2019).

No conjunto, esses dois trabalhos trazem ao planejamento o questionamento de modelos baseados no “desenvolvimento”, e a centralidade da função social da terra e do seu direito de uso, especialmente frente aos interesses dos poderes dominantes. Apesar de operantes no campo, essas pautas se reproduzem nas cidades, unificando e reiterando assim como no tópico anterior, lutas pela reforma agrária e reforma urbana. Nas cidades, em prol do “desenvolvimento”, observa-se grandes projetos ligados a interesses econômicos e políticos da especulação imobiliária os quais têm negado o direito de uso a comunidades estabelecidas, quer impondo processos de remoção ou de gentrificação, quer precarizando vidas, quer causando impactos ambientais. Entre a privatização de ganhos e a socialização dos custos, assiste-se aqui também o comprometimento da segurança e da soberania alimentar dessas comunidades.

## SISTEMAS ALIMENTARES E NOVAS LÓGICAS

Os sistemas alimentares são constituídos “de todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, etc.) e atividades relacionados à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, e aos resultados dessas atividades” (HLPE, 2014, p. 29). São considerados exemplos de sistemas alimentares “alternativos” os fortalecidos pela Agricultura Familiar (AF), os Circuitos Curtos de Alimentação (CC) e os organizados por comunidades específicas, como as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs). A AF, conforme define a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais (Lei nº 11.326- 2006), envolve agricultores que desenvolvem atividades em propriedades rurais não maiores que 4 módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família e tendo a maior parte da sua renda proveniente das atividades ali desenvolvidas (BRASIL, 2006). Os CC são sistemas que

“reforçam a noção de autonomia e conferem um maior peso e **participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo**” (Darolt et al, 2013, p. 09) Por fim, as CSAs visam **conectar consumidores a agricultores locais**, buscando construir novas relações com o ambiente, com o alimento e com quem o produz, o que se aproxima da proposta de circuitos curtos.

O trabalho *Produção, consumo e circulação de alimentos durante a seca: um estudo sobre famílias lavradoras em Medina, Vale do Jequitinhonha* (Barbosa, 2020), do Programa Sociedade, Ambiente e Território, da UFMG de Montes Claros, investiga as repercussões da falta de água na vida de famílias lavradoras de seis comunidades rurais da cidade de Medina, no semiárido mineiro. O trabalho constata que a falta de água - motivada por fatores ambientais, como irregularidade de chuvas e desaparecimento de fontes naturais - reduziu drasticamente a produção para o autoconsumo e a alternativa da produção familiar, refletindo na condição de soberania alimentar. Observa, contudo, que outros problemas agravam o cenário, como a baixa **participação da população** em programas de convivência com o Semiárido; a flutuação dos preços e atuação de atravessadores no mercado de alimentos, como nas feiras locais; e a falta de políticas públicas específicas para o caso. Desde aí, articulando uma **lógica de produção, circulação e consumo de alimentos**, a pesquisa defende a consolidação de circuitos curtos nas feiras locais como forma de garantir o abastecimento de moradores, a alimentação regionalizada e a renda para famílias rurais.

No trabalho *Comunidade que sustenta a agricultura: uma análise da construção de alternativas para a descentralização do modelo agroalimentar a partir da experiência do CSA organicamente (RJ)* (Sales, 2019), do Programa de Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da UFF de Campos dos Goytacazes, é analisado o processo de construção de alternativas ao modelo agroalimentar hegemônico, pela experiência do CSA Organicamente (RJ). No estudo de caso, ressalta-se que a (re)aproximação entre agricultores e consumidores traz melhorias às condições de acesso aos mercados e à realidade dos agricultores. Entretanto, aponta para os **perigos de criação de nichos de consumo e de conversão dos CSA em meros fornecedores**. Ilustra isso a produção de orgânicos em grandes cadeias alimentares, com o **esvaziamento do sentido político, social e ambiental**. Diante disso, defende uma **comunicação mais eficiente entre os atores e o escalonamento da proposta, ampliando o acesso de pessoas dos diferentes níveis socioeconômicos** sem sacrificar os canais de contato.

Por fim, destaca-se o trabalho *Agricultura Familiar em uma Perspectiva Tridimensional: um estudo na Baixada Fluminense* (Santos, 2023), realizado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, do CEFET/RJ. Seu objetivo é analisar as atividades agrícolas na Baixada Fluminense sob as perspectivas empreendedora, psicossocial e solidária. O trabalho revela que as atividades em estudo sofrem com falta de incentivos por parte dos governos locais, o que tem desestimulado a continuidade dos negócios e a sua sucessão por novas gerações do ambiente familiar. Diante disso, o autor defende políticas

públicas de incentivo de atividades agrícolas, envolvendo governos, representantes da AF e empreendedores. Entende que essas **políticas devam ter interface direta com a inserção do tema alimentação nas políticas urbanas**, especialmente nas suas interfaces com transportes, saúde; uso da terra; desenvolvimento comunitário e revitalização; geração de empregos; gestão de resíduos; adaptação à mudança climática e redução do risco de desastres. Esse estudo aponta para o papel estratégico das redes do sistema alimentar no combate à fome e à miséria e a fundamental contribuição da AF para garantir a soberania alimentar.

No conjunto, estes trabalhos questionam a lógica hegemônica de produção, circulação e consumo de alimentos. Eles depositam importância central no envolvimento da sociedade, consolidando uma rede de vínculos e de apoio que aproxima consumidores urbanos a agricultores rurais, como em feiras locais, eventos promovidos pela AF ou pontos de distribuição da CSA. Tais práticas, aparecem como alternativas às ordens de **produção e consumo vigentes e ampliam interfaces territoriais entre campo e cidade, tensionando a dicotomização comum nas práticas de planejamento e gestão urbana**. Mesmo com uma possível abordagem transversal desses territórios, atentam para o contínuo risco de cooptação ou esvaziamento do sentido político, social e ambiental dessas propostas, já que envolvem disputas entre diversos atores com interesses distintos.

## DIMENSÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS

Quatro trabalhos estreitam os laços referentes à soberania alimentar e à cultura de comunidades ancestrais e historicamente estigmatizadas e marginalizadas, como as quilombolas e indígenas. Em comum, esses trabalhos pautam o respeito aos saberes populares, entendendo que neles podem ser encontradas saídas para garantir a cultura alimentar e repensar relações mais justas com o meio ambiente. Alguns trabalhos denunciam processos de transição alimentar que impactam identidades culturais e a saúde integral dos envolvidos; outros revelam práticas produtivas e educativas de resistência (e, portanto, políticas) em detrimento de modelos territoriais impostos. Nos dois extremos, a soberania alimentar é defendida como uma forma de empoderamento social e via de acesso às transformações socioespaciais.

*Relações de Gênero, Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento: uma análise dos espaços públicos alimentares em São João Del-Rei a partir da história municipal* (Carvalho, 2021) é uma dissertação ligada ao Programa de Desenvolvimento, Planejamento e Território da UFSJ. Considerando as heranças históricas escravistas e a desigualdade atual de São João Del Rei em relação aos aspectos de gênero, étnico-raciais e de classe, o trabalho levanta a construção histórica dos **"espaços políticos alimentares"**, onde, na atualidade, atuam diversos atores sociais, sobretudo mulheres. Destaca que o acúmulo de "capacidades" dessas mulheres as levam a atuar como promotoras da soberania e segurança alimentar e do desenvolvimento local. Para apoiá-las, defende o **desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) articuladas com**

**estratégias de desenvolvimento territorial**, compondo **espaços políticos** em que os sistemas alimentares existentes sejam tomados como fontes propagadoras de **empoderamento social** e de redução da desigualdades (Luz e Maluf, 2019 *apud* Carvalho, 2021). Nessa perspectiva, destaca ações voltadas ao desenvolvimento territorial do Programa de “Extensão Diálogos de Saberes”, promovido pela parceria entre AAFAS (Associação da Agricultura Familiar Agroecológica de São João del-Rei), UFSJ (Universidade Federal de São João del-Rei) e a CRSANS (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável). Na perspectiva da dissertação, essas **ações potencializaram a Soberania e Segurança Alimentar no âmbito territorial a partir da perspectiva de gênero.**

A vulnerabilidade econômica e social quilombola é discutida na dissertação *Análise da Segurança Alimentar e Fatores Associados na Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho - TO*, (Braga, 2019), do Programa de Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da UFT, em Palmas. Tomando uma comunidade remanescente de quilombo como objeto de estudo, o trabalho objetiva elucidar suas condições de (in)segurança alimentar e fatores associados. Os resultados sugerem que a **insegurança alimentar e nutricional observada está associada às condições socioeconômicas da comunidade, decorrentes de processos históricos de escravidão, exclusão e marginalização.** Por outro lado, observa que a comunidade está passando por uma possível transição alimentar, afastando-se dos hábitos tradicionais e assumindo hábitos inadequados, o que justifica a epidemia de problemas de sobrepeso e obesidade e de doenças crônicas associadas. Considerando que esses aspectos limitam o desenvolvimento pleno dessa população e sua segurança e soberania alimentar, defende como prioridade a implementação de **políticas públicas específicas voltadas às comunidades tradicionais quilombolas associadas a um planejamento territorial que garanta o acesso à terra e a regularização fundiária.**

A dissertação *Tecendo relações entre Território, Soberania Alimentar e Etnobotânica em terras indígenas Mbya Guarani no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, SC*, (Bacci, 2022), do Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-ambiental da UDESC em Florianópolis, analisa as relações existentes entre território, soberania alimentar e plantas alimentícias nativas da Mata Atlântica. Toma como objeto de estudo o manejo territorial Guarani nas Terras Indígenas Mbya Guarani do entorno do Parque. O trabalho observa que essa comunidade, apesar de conflitos territoriais, segue resistindo e produzindo alimentos tradicionais para a subsistência das aldeias. Suas técnicas de manejo territorial se ligam a um sistema de saberes e práticas ancestrais que tem componentes indissociáveis à espiritualidade e à cosmovisão indígena, como orientações vindas de sonhos e de visões dos anciões/pajés. A **discussão vincula soberania alimentar à cultura de um povo e a sua alimentação afetiva, defendendo direitos de existência e direitos à terra.** Isso, de acordo com o trabalho, “trata-se de um princípio e de uma ética decolonial que se opõe à colonialidade que estratifica, nega saberes e ontologias” (Botelho, 2021, p. 819 *apud* Bacci, 2022, p. 59).

Por fim, a dissertação intitulada *Universidad y Escuela Campesina: Educación Popular y Pedagogía Decolonial en el Mocase Via Campesina - Argentina* (Macedo, 2020), realizada no Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA, em Foz do Iguaçu toma como objeto de estudo a Escola de Agroecologia (EA) e a Universidade Campesina - Sistemas Rurais Indocampesina (UNICAM SURI), ambas ligadas ao Movimento Campesino e Indígena de Estero Via Campesina (MOCASE VC) da Argentina. Objetiva analisar relações entre o aporte decolonial dessas instituições e a promoção da autonomia e **empoderamento de movimentos sociais da região**. Segundo a autora, essas experiências têm favorecido a soberania alimentar, a manutenção dos conhecimentos tradicionais e o equilíbrio ecossistêmico da natureza, se contrapondo ao consumismo, extrativismo e desigualdades socioambientais causadas pela pressão capitalista. A aposta na luta popular incentiva a articulação em **defesa da terra e território pela Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Educação Popular e Agricultura Campesina e Indígena**. Em favor de um mundo mais social e ambientalmente mais justo e do futuro das comunidades indígenas e tradicionais, propõe que a Educação Popular e Pedagogia Decolonial se integrem à política pública de educação na América Latina, adaptando-se às suas distintas realidades.

Em comum, os quatro trabalhos trazem a soberania alimentar nas dimensões ética, política e cultural. Desde uma ética decolonial (Bacci, 2022; Macedo, 2020), legitimam saberes ancestrais e locais e reclamam por direitos de existência que se ligam diretamente ao acesso e à propriedade da terra. Nesse contexto, defendem a construção de “espaços políticos alimentares” (Carvalho, 2021) específicos para cada cultura e que levem ao empoderamento de atores e movimentos sociais que historicamente sofrem processos de exclusão e marginalização. Essa discussão em contexto rural pode ser estendida ao urbano, onde povos tradicionais e periféricos também possuem restrições quanto ao acesso à terra e à qualidade de vida. “Políticas públicas” e “ações educativas de base popular” que os empoderem e um “planejamento urbano que pautar a reforma urbana e que considere culturas locais” se impõem aqui também como reparação histórica de processos de exclusão social e como forma de garantir a soberania alimentar. (Bacci, 2022; Macedo, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio central da soberania alimentar repousa na ideia de que o alimento deve ser visto como um direito universal, e não como uma mercadoria, considerando a autonomia de povos e populações para decidir sobre seus modos de produção, distribuição e consumo, seja no campo ou na cidade. Tendo em vista essa conceituação, a revisão sistemática de literatura sobre o tema no âmbito do Planejamento Urbano e Regional permitiu identificar quatro dimensões em debate: políticas públicas; disputas pelo território; lógicas de sistemas alimentares; e dimensões ético-político-culturais.

Em síntese, entende-se que essas quatro dimensões sustentam **epistemologias e ideologias comuns**. Desde uma ética decolonial (Bacci, 2022; Macedo, 2020), legitimam saberes e

direitos de povos ancestrais e tradicionais e questionam lógicas hegemônicas e “desenvolvimentistas” (Costa, 2018; Silva, 2019) impostas por sistemas capitalistas, modernizantes e coloniais. São esses, assim como Castro (1946; 1951) aponta ainda no início do Século XX, os grandes responsáveis pelos conflitos territoriais e ambientais e pela perpetuação do cenário da fome no país.

A proposição de novas lógicas de produção, circulação e consumo de alimentos, por sua vez, implica em assumir novas posições **políticas e pedagógicas**. Do ponto de vista **político**, a questão central está na discussão sobre a função social da terra e do seu direito de uso, tensionando juízos de propriedade privada da terra e convocando a reforma agrária (Costa, 2018; Silva, 2019). Do ponto de vista educativo-pedagógico, se reconhece a importância de “ações educativas de base popular” (Macedo, 2020), da “construção de redes de apoio e vínculos” (Barbosa, 2020; Sales, 2019) e a construção de “espaços políticos alimentares” de empoderamento de atores e movimentos sociais (Carvalho, 2021).

A partir dessas dimensões construídas pela Soberania Alimentar é possível refletir sobre aspectos epistemológicos, políticos e pedagógicos do próprio planejamento territorial e das políticas públicas que lhes dão sustentação. De modo geral, centra-se na relevância em articular áreas rurais e urbanas em um planejamento territorial coerente com a proposta da soberania alimentar que preza o respeito a **diversidades e ancestralidades culturais e seus direitos** (Santos, 2017; Metogbe, 2022; Nascimento, 2023) e ainda, a defesa de práticas de governança, planejamento e gestão **participativas e descentralizadas** (Costa, 2018; Sales, 2019).

Desde a essa síntese, retoma-se as questões apresentadas na introdução deste trabalho: como a agenda da soberania alimentar, ao questionar lógicas capitalistas de produção-distribuição-consumo, impacta modos de ver e fazer o território urbano e rural? Em que medida o campo do planejamento urbano tem dialogado com movimentos sociais vinculados à soberania alimentar?

No que tange ao planejamento urbano, observa-se enormes lacunas. A primeira diz sobre a necessidade de ações de planejamento que operem a partir da compreensão não dicotômica do território, assumindo o espraiamento da lógica urbano-industrial da cidade para o campo como fator determinante na implementação de políticas públicas. No que diz respeito ao reconhecimento de direitos de diversidades e ancestralidades, o tema das disputas territoriais e das necessárias reformas agrária e urbana são fundamentais para combater a crescente imposição econômica neoliberal. Por fim, no que se refere à participação e gestão descentralizada, vê-se ações descontínuas de políticas no tempo-espaço que, somado ao despreparo cultural para essas práticas, corroboram para um estado de perpetuação das desigualdades sócio-espaciais.

Diante desse cenário, entende-se que o impacto da soberania alimentar nos modos de ver-fazer o campo e a cidade nos trabalhos do âmbito de planejamento urbano e regional, é ainda incipiente e, também por isso, se mantém como luta e resistência, agora com renovadas

alianças dos movimentos sociais urbanos e rurais. Nesse contexto, a luta dos movimentos sociais camponeses e urbanos, dos quilombolas e dos indígenas compõem uma trama social, econômica e ambiental que se infiltra nas cidades e que encontra, entre suas linhas de potência, as cozinhas solidárias.

As cozinhas ancestralmente existem como espaços de encontros e de trocas de saberes originários, afrodiaspóricos e populares, tanto na produção do alimento como nos modos de convívio cotidiano que abarcam práticas de saúde, educação e assistência social. Na relação com movimentos sociais, as cozinhas solidárias se amplificam como corpo-território comunitário, acionando processo de formação política fundamentais para a consciência crítica sobre direitos sociais e ambientais.

Nesse sentido, as cozinhas solidárias brasileiras, fortemente influenciadas por experiências da América Latina e organizadas politicamente pela atuação constante e abrangente de movimentos sociais no território nacional, instituem espaços de convergência social e comunitária (Caron et al, 2024) diferentes das propostas anteriores (cozinhas coletivas e comunitárias, restaurantes populares) justamente por vincularem-se aos princípios de Soberania Alimentar, acionarem a articulação entre as lutas de movimentos sociais urbanos e rurais e incitarem modelo e gestão com vistas ao acesso à terra e às suas territorialidades por meio da Soberania Popular. A partir daí se questiona como está sendo a luta por soberania alimentar nas cidades, suas potências, desafios, fragilidades e contradições? Essa é uma questão a ser aferida pelo referido projeto de tese. Pensar a governança, a gestão e o planejamento territorial - urbano e rural - a partir dessas lutas pode ser um valioso meio para descolonizar a disciplina e reprogramar a ideia de território e, dentro dele, a abundância e não a fome.

## REFERÊNCIAS

BACCI, Mariama Brod. **Tecendo Relações entre Território, Soberania Alimentar e Etnobotânica em Terras Indígenas Mbya Guarani no entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, SC.** Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

BARBOSA, Lucas Fernandes. **Produção, consumo e circulação de alimentos durante a seca:** um estudo sobre famílias lavradoras em Medina, Vale do Jequitinhonha. Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, 2020.

BRAGA, Katiane Pereira. **Análise da Segurança Alimentar e Fatores Associados na Comunidade Remanescente Quilombola de Cocalinho - TO.** Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína, 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União de 25 de julho de 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 20 outubro de 2024

BRASIL. LEI Nº 14.628, DE 20 DE JULHO DE 2023. **Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária.** Diário Oficial da União de 21 de julho de 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. DECRETO Nº 11.937, DE 5 DE MARÇO DE 2024. **Regulamenta o Programa Cozinha Solidária.** Diário Oficial da União de 6 de março de 2024a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/d11937.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11937.htm)>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. **Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023.** Secretaria de Comunicação Social. Combate à fome. 26 de julho de 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>>. Acesso em: setembro de 2024.

CARON, D. et al. Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária. **Revista de Extensão da UFRGS.** Porto Alegre: Pró-Reitoria de Extensão UFRGS, n.29, 2024, p.34-42.

CARON, Daniele; RODRIGUES, Ana; ISOPPO, Rodrigo. **Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade.** Jornal da Universidade - UFRGS, Porto Alegre, 20 jun. 2024.

CARVALHO, Karina de Paula. **Relações de Gênero, Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento:** uma análise dos espaços públicos alimentares em São João Del-Rei a partir da história municipal. Mestrado em Desenvolvimento, Planejamento e Território. Universidade Federal de São João Del-Rei. São João del-Rei, 2021.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome:** a fome no Brasil. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome.** Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

COSTA, Pedro de Carvalho. **À margem de Irapé:** uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha. Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, 2018.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agrícolas - Construção Social dos Mercados**, v. 10, n. 2, p. 8, 2013.

DARDOT, Pierre. Entrevista de José Juan de Ávila publicada por **Milenio**, 12 de maio de 2022. Tradução do Cepat. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/categorias/618673-nao-ha-oposicao-a-priori-entre-neoliberalismo-e-soberania-entrevista-com-pierre-dardot>>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

De Mattos, C. A. (2016). Financiarización, valorización inmobiliaria del capital y mercantilización de la metamorfosis urbana. **Sociologías**, 18, 24-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-018004202>> Acesso em: 20 de outubro de 2024.

De Sordi, Denise. Relatório: **Na cozinha, não há só comida**: segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar nas experiências de cozinhas solidárias na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil: síntese e apontamentos para a regulamentação do Programa Nacional Cozinha Solidária (PNCS) brasileiro, Lei 14.628, de 20 de julho de 2023. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz/ VPAAPS; Fiocruz/GEREB, 2023.

De Sordi, Denise. **O acesso à “Comida de verdade” e o combate à pobreza do campo à cidade**. MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores. [online] 27 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/noticias/o-acesso-a-comida-de-verdade-e-o-combate-a-pobreza-do-campo-a-cidade/>>. Acesso em: setembro de 2024.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ETC , Group. **Food Barons**: Crisis Profiteering, Digitalization and Shifting Power. [online], 7 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.etcgroup.org/content/food-barons-2022>>. Acesso em 13 de outubro de 2024.

GOMES, Luís. **Quando a terra vai para a Bolsa de Valores: cidade para quem e para quê?** Sul21 [online], Rio Grande do Sul, 10 de novembro de 2023. Donos da Cidade. Disponível em: <<https://sul21.com.br/especiais/quando-a-terra-vai-para-a-bolsa-de-valores-cidade-para-quem-e-para-que/>>. Acesso em: 9 de setembro de 2024.

Heberle; Turatti; Barden. A delimitação do espaço rural em Porto Alegre: Território, Região e Desenvolvimento. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v10i2a2018.1569>. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

HLPE. Food Losses and Waste and Sustainable food systems: definition, extent and impacts. **A report by The High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition**. June 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/publications/hlpe-8/en>>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

MACHADO, Priscila; OLIVEIRA, Nádia; MENDES, Áquilas. **O indigesto sistema do alimento mercadoria**. Saúde e Sociedade. vol 25 (2) Abril-Junho de 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>>.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

La Vía Campesina. **La soberanía alimentaria: un futuro sin hambre**. Material oficial da Via Campesina que detalha os princípios da soberania alimentar e sua gênese na cúpula de 1996. Acesso em 19 de novembro de 2024 - <https://viacampesina.org/es/>

PREISS, Potira Viegas. Geografia da crise socioambiental e alimentar. *In*: CAMPELLO, T. BORTOLETTO, JAIME, P., YAMAOKA, M.. (Org.). **Geografia da fome ? 75 anos depois**: novos e velhos dilemas. 1ed. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2023, v., p. 62-74.

SALES, Rozanna Tavares. **Comunidade que sustenta a agricultura**: uma análise da construção de alternativas para a descentralização do modelo agroalimentar a partir da experiência do CSA organicamente (RJ). Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas. Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2019.

SANTOS, Ana Jacqueline Sales. **Um programa, contextos distintos**: um estudo sobre PNAE no território do Alto Jequitinhonha. Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, Maria Anielly dos. **Agricultura Familiar em uma perspectiva tridimensional**: um estudo na Baixada Fluminense. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Nova Iguaçu, 2023.

SILVA, Emilia Pereira Fernandes da. **Metamorfose da Chapada**: monocultura de eucalipto e monopólio da água em tomadas de terras no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território. Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, 2019.

Siqueira, Lucimar Fátima; Almeida, Nicole Leal de. Os sistemas alimentares – mobilizações comunitárias e políticas públicas ante à fome em Porto Alegre. *In*: **Reforma Urbana e Direito à Cidade. Porto Alegre** [recurso eletrônico] / organização Vanessa Marx, Luciano Joel Fedozzi, Heleniza Ávila Campos. v. 16. - 1. ed. - Rio de Janeiro, Letra Capital, 2022.

MACEDO, Maria Lilia. **Universidad y Escuela Campesina: Educación Popular y Pedagogía Descolonial en el MOCASE Vía Campesina, Argentina**. Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2020.

MARTINS, Alex. Afinal, o que querem as cozinhas solidárias? **Sul21** [online], Rio Grande do Sul, 10 de outubro de 2024. Opinião. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniaio/2024/10/afinal-o-que-querem-as-cozinhas-solidarias-por-alex-martins-moraes/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

METOGBE, Marcel. **A Política Agrícola, a Segurança Alimentar no Benin/África e as contribuições das políticas implementadas na Agricultura do Rio Grande do Sul (Brasil): 1990-2020**. Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2022.

MONTE-MÓR, Roberto. O que é o urbano no mundo contemporâneo? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006

MONTE-MÓR, Roberto. Níveis urbanos e financeirização: síntese possível? **Urbe**, Revista Brasileira de Gestão Urbana. 27 de novembro de 2023, vol. 15. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220205>>. Acesso em outubro de 2024.

NASCIMENTO, Regina do. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA como Política Pública que atende as mulheres rurais no município de Foz do Iguaçu**. Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

NETTO, Vinicius M.; FISZON, Maria; MOREIRA, Maria Clara; MORAES, Ivo. Pesquisa urbana no Brasil. Um panorama inicial [parte 2]. *Arquitextos*, São Paulo, ano 20, n. 239.07, **Vitruvius**, abr. 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.239/7680>> Acesso em: 20 de outubro de 2024

ROOS, Djoní. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano. 19, n. 30, p. 169-187, jan.-abr. 2016.

VAINER, C. Pátria, empresa, mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva sobre o planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. (Eds.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 75-103.

---

<sup>1</sup> Também foi realizada a busca com a palavra "segurança alimentar", reconhecendo possíveis aproximações e distanciamentos conceituais dos termos e seus objetivos. O resultado revelou 44 trabalhos produzidos a partir de 2014. Destes, treze foram publicados em 2023 e quatro deles também apareceram na busca do termo "soberania alimentar". Entende-se que a imprecisão de conceitos compromete a efetiva transformação da realidade da fome em territórios vulnerabilizados.